

GABRIEL LACERDA

O Brasil hoje parece rachado ao meio; totalmente dividido em pares de correntes de pensamentos e de atitudes radicalmente opostas.

Há a oposição entre acusadores e acusados: de um lado, um grupo indignado que, dizendo falar em nome de toda a população, aponta à execução pública corruptos, ladrões, desonestos e aproveitadores; de outro, os próprios acusados que se articulam, conversam, defendem-se, argumentam e por vezes contra-atacam.

Há também o abismo ideológico entre a doutrina do neoliberalismo, quase "jovial", e outra, que poderia ser designada como "re-estatismo senil".

Uma é favor da desestatização ampla geral e irrestrita, do pagamento pontual da dívida externa, da redução da carga tributária, da abertura ao capital estrangeiro, da contenção da inflação como meta prioritária, da quebra dos monopólios. Na pregação, por vezes inflamada, dessas idéias, a noção da urgência em enfrentar as vertiginosas iniquidades sociais do Brasil de hoje parece ficar por vezes relegada a um segundo plano.

Do outro lado, os anacrônicos radicais de esquerda embarçam a revisão constitucional, promovem desordens nas ruas, levam ao exagero posturas xenófobas e estatizantes. Pedem a ampliação dos monopólios, o fechamento do mercado nacional ao capital estrangeiro; clamam por transferências sociais generosas. Parecem por sua vez não ver o que ocorre no mundo; são incapazes de perceber que o que preconizam resultaria em inviabilizar imensos setores da já comalida economia brasileira e, quase que certamente,

acarretaria uma colossal onda de desemprego, agravando, e muito, em vez de resolver a crise social.

De todos os contrastes, porém, o mais grave e que talvez explique todos os demais é o que existe e se aprofunda entre a miséria e a inconsciência.

As elites desnorteadas, sem saber o que fazer diante do número crescente de famintos, encastelam-se em edifícios com grades altas e carros com ar-condicionado. Fecham os olhos e as almas; viram a cabeça para não ver; embrutecem-se para poder conseguir continuar ignorando. A própria classe média, o pouco que ainda resta dela, exaure-se a cada dia na luta sempre mais áspera para não cair; e não tem tempo de olhar em volta, nem disposição para refletir.

O cenário parece só ter extremos e, entre os extremos — políticos, ideológicos e sociais — o meio termo e a sensatez parecem tornar-se pregações solitárias. Pseudo-ideias, exacerbadas pelos contrastes, excitadas pelo bombardeio da imprensa, pressionadas pela infundável crise econômica, transformam-se em emoções, prontas a explodir. Os respectivos adeptos parecem brincar de cabo-de-guerra puxando cada vez com mais força a corda para o seu lado.

Tudo isso decorre afinal do conjunto de conflitos individuais e potencializa o conflito íntimo de cada um. O cidadão brasileiro, hoje, é geralmente uma pessoa irritada e nervosa, com mais vontade de gritar que de pensar, mais aberto ao ódio que ao amor, à intolerância que à compreensão.

O fenômeno é, nas circunstâncias, natural e até certo ponto inevitável; certamente irá refletir-se na campanha eleitoral e influenciará o resultado das eleições. Até aí nenhum problema grave. A regra do jogo democrático admite a possibilidade e obriga à sua aceitação tranqüila: se o Brasil, votando com o coração cheio

de fel, votar mal, terá que suportar as consequências. Mas será capaz de fazê-lo. Já há tanto tempo vivemos em crise, que mais quatro anos de mau governo podem ser absorvidos e não causarão danos irreparáveis, desde que, é claro, o processo democrático continue funcionando.

O perigo, o verdadeiro perigo, está em que a radicalização dos extremos de ideologias e atitudes leve a um conflito que extravase os limites institucionais; que a fumaça de frustração e ódio que há tempo intoxica nossos pulmões, venha a explodir de forma desorganizada.

O Brasil, essa é a triste verdade, é um país que tem dramaticamente presentes em sua realidade todos os elementos típicos de uma enorme convulsão social; talvez até seja inevitável um grande e sangrento confronto. Mas o bom senso indica e a esperança pede que se procurem caminhos e soluções menos traumáticas; que os brasileiros acordem para os riscos do ódio e que se conscientizem que o seu país, o nosso país, ainda pode, como tem feito ao longo da História, superar crises por vias pacíficas.

Para isso, porém, há que haver consciência; que os que pensam com a cabeça, preconizando o bom senso e a compreensão, não preguem no vazio; que não se sintam, por não serem radicais, falando no deserto.

Aos políticos, aos formadores de opinião e à imprensa, cabe precipuamente esse papel; a verdadeira transformação, nos dias que correm não é continuar a disseminar a dissensão e o conflito. É conclamar para o trabalho de apaziguamento.

Até porque, no fundo, a vocação de bom senso, o repúdio aos extremos representa ainda a aspiração verdadeira da maioria esmagadora dos brasileiros; a solidão do meio é apenas aparente.